

O caminho da pecuária sustentável começa no solo

O Presente Rural

Notícias

13/11/2025 14:00:00

Autor:	Publicado em
Assunto:	Matérias com Citação da Embrapa, Matérias com Citação da Embrapa, Matérias com Citação da Embrapa, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Embrapa, Embrapa Pecuária Sudeste, ILPF, Ministério da Agricultura, Agropecuária, COP30	

A pecuária brasileira passa por uma transformação, está diante da oportunidade de elevar sua contribuição no combate às mudanças climáticas e na redução das emissões de gases do efeito estufa. Para tanto, cada vez mais pecuaristas devem aderir a práticas sustentáveis nas fazendas de produção de leite e gado de corte, mas por onde começar? E a resposta está no solo.

O tema foi debatido no dia 06 de novembro durante o evento online "Diálogo Inclusivo - Sustentabilidade na Pecuária: como produzir mais e melhor frente às novas exigências do mercado internacional", promovido pela Mesa Brasileira da Pecuária Sustentável, em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP) e a Fundação Solidaridad. "Se você quer mudar, comece pelo seu solo. Procure técnicos que possam te ajudar a dar um passo de cada vez, mas na sua melhor área, que é a que vai te dar o melhor retorno", sugeriu Patrícia Perondi Anção Oliveira, supervisora pesquisadora da **Embrapa** Pecuária Sudeste, aos produtores rurais.

Durante o evento, ela explicou que acertar as condições de manejo de solo da fazenda melhora as pastagens e, consequentemente, a dieta do animal - principalmente nos casos da pecuária extensiva, onde o gado se alimenta basicamente de pasto. "Isso já é suficiente para mudar, inclusive, a qualidade da carcaça bovina e o rendimento da carne", acrescentou.

Especificamente na pecuária de corte, a **Embrapa** Pecuária Sudeste tem estudos que indicam que o melhoramento do solo é capaz de dobrar o ganho de peso do animal, reduzir as emissões de gases e aumentar o sequestro de carbono.

O produtor rural e gestor da Pecuária WFB, Wander Bastos, admite que não é uma tarefa fácil convencer alguns pecuaristas a mudarem seus sistemas de produção, visto que toda mudança requer investimento e alterações na cultura adotada na atividade. Para ele, uma forma de aumentar a escala das boas práticas é com o auxílio de programas que insiram o produtor rural. "E também acredito que a virada de chave vai ser a conservação do solo", disse Bastos. "O pasto degradado não neutraliza nada de carbono e não armazena água e o pasto bem manejado é o contrário, neutraliza carbono e traz água para o lençol freático", completou.

Mas como consertar esse pasto? Algumas sugestões dadas pelo produtor da WFB são: calagem, adubação química, adubação orgânica, fertirrigação, entre outras.

Além disso, é também indicado adotar práticas de controle zootécnico na cadeia, desde o peso ao nascimento, peso à desmama, idade à puberdade, até o intervalo entre parto das fêmeas.

Na agenda ambiental, é possível atuar dentro das propriedades rurais com proteção das nascentes, matas ciliares, manutenção de reservas legais e tratamento de dejetos.

Patrícia ressalta que os pesquisadores da **Embrapa** Pecuária Sudeste estão há mais de dez anos focados em alternativas para o setor que ajudem a combater as mudanças climáticas. Segundo ela, aliada à eficiência zootécnica, outra forma de mitigação de gases é a adoção de sistemas consorciados. "Introduzimos leguminosas junto à produção pecuária. Temos casos de sucesso com o feijão guandu e o amendoim forrageiro, por exemplo", contou.

Mais um caminho, que está entre os mais divulgados, é o sistema integrado de produção, com lavoura e pecuária ou lavoura, pecuária e floresta.

A gerente executiva da Mesa Brasileira, Michelle Borges, destacou que a entidade é um espaço aberto para dialogar sobre estas iniciativas e encontrar as oportunidades para a pecuária brasileira. "Precisamos olhar, no sentido de cadeia, em como dar escala a essas ações, levar o Brasil ao papel de protagonista a fazer com que essa pecuária sustentável seja aliada do clima e da segurança alimentar", enfatizou.

Fonte: Assessoria Mesa Brasileira

As ações desenvolvidas para reduzir as emissões de metano na pecuária de corte e ampliar a resiliência climática do setor foram apresentadas nesta terça-feira (11), na **AgriZone**, pelo **Ministério da Agricultura** e Pecuária (Mapa). O tema foi debatido no painel "Mitigação de metano na bovinocultura de corte: das políticas públicas até o campo", realizado no espaço dedicado à agricultura sustentável e à inovação no campo, promovido pela **Embrapa** em parceria com o Mapa.

O debate reuniu representantes do Imaflora, do Instituto Centro de Vida (ICV), da Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (**ILPF**) e da Mesa Brasileira da Pecuária Sustentável, com o objetivo de discutir soluções concretas e escaláveis para o enfrentamento dos desafios climáticos.

De acordo com o auditor fiscal federal agropecuário Sidney Medeiros, que representou o Mapa no painel, a principal estratégia do governo brasileiro para mitigar as emissões de gases de efeito estufa na bovinocultura está ancorada na implementação do Plano ABC+, política pública que promove práticas produtivas sustentáveis no campo. "O Plano ABC+ busca convencer os produtores rurais a adotarem práticas comprovadamente mitigadoras de emissões, que, ao mesmo tempo, trazem resiliência climática e aumento de renda", explicou Medeiros.

O auditor destacou ainda que a assistência técnica tem papel essencial nesse processo, uma vez que muitos produtores ainda não têm acesso às informações e tecnologias necessárias para aplicar práticas sustentáveis. "Essas práticas são vantajosas do ponto de vista produtivo e econômico, mas nem sempre o produtor as conhece. Por isso, é fundamental o papel da assistência técnica para levar esse conhecimento até o campo", ressaltou.

Com foco em soluções e resultados práticos, o painel reforçou o compromisso do Brasil em promover uma pecuária de corte de baixo carbono, conciliando produtividade, preservação ambiental e desenvolvimento econômico.

Fonte: Assessoria Mapa

A Defesa **Agropecuária**, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) informa que está em vigor a Campanha de Vacinação contra a Brucelose em todo o Estado de São Paulo. A campanha, que agora vigora durante

todo o ano, teve início neste segundo semestre, no dia 1º de julho e as bovinas e bubalinas de três a oito meses, devem ser vacinadas até dia 31 de dezembro.

Por se tratar de uma vacina viva, passível de infecção para quem a manipula, a vacinação deve ser feita por um médico-veterinário cadastrado que, além de garantir a correta aplicação do imunizante, fornece o atestado de vacinação ao produtor.

A relação dos médicos-veterinários cadastrados na Defesa **Agropecuária** para realizar a vacinação em diversos municípios do Estado de São Paulo está disponível em [Link](#).

O médico-veterinário responsável pela imunização, ao cadastrar o atestado de vacinação no sistema informatizado de gestão de defesa animal e vegetal (GEDAVE) em um prazo máximo de quatro dias a contar da data da vacinação e dentro do período correspondente à vacinação, validará a imunização dos animais.

A exceção acontecerá quando houver casos de divergências entre o número de animais vacinados e o saldo do rebanho declarado pelo produtor no sistema GEDAVE.

Em caso de incongruências, o médico-veterinário e o produtor serão notificados das pendências por meio de mensagem eletrônica, enviada ao e-mail cadastrado junto ao GEDAVE. Neste caso, o proprietário deverá regularizar a pendência para a efetivação da declaração.

Identificação

O modelo alternativo de identificação - o primeiro do país aprovado pelo **Ministério da Agricultura** e Pecuária (MAPA) - de vacinação contra a Brucelose trata-se de uma alternativa não obrigatória à marcação a fogo que além do bem-estar animal, estimula a produtividade e a qualidade do manejo, além de aumentar a segurança do produtor e do veterinário responsável pela aplicação do imunizante.

Fica estabelecido o botton amarelo para a identificação dos animais vacinados com a vacina B19 e o botton azul passa a identificar as fêmeas vacinadas com a vacina RB 51. Anteriormente, a identificação era feita com marcação à fogo indicando o algarismo do ano corrente ou a marca em "V", a depender da vacina utilizada.

Para o caso de perda, dano ou qualquer alteração que prejudique a identificação, deverá ser solicitada nova aplicação que deverá ser feita ao médico-veterinário responsável pela aplicação ou ainda, para a Defesa **Agropecuária**.

Havendo a impossibilidade da aquisição do botton, o animal deverá ser identificado conforme as normativas vigentes do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT).

A Defesa **Agropecuária** informa ainda que o uso do botton só é válido dentro do Estado de São Paulo, não sendo permitido o trânsito de animais identificados de forma alternativa para demais estados da federação.

Campanha de Atualização de Rebanhos

Está em andamento, desde o dia 1º de novembro, a Campanha de Atualização de Rebanhos do segundo semestre. A partir da retirada da vacinação contra a Febre Aftosa em 2023, o produtor rural passa, também em caráter obrigatório, a ter que atualizar seus rebanhos junto ao sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal (GEDAVE). A Defesa **Agropecuária** lembra que os proprietários devem declarar todas as espécies presentes em suas propriedades até o dia 15 de dezembro.

Devem ser atualizados, além dos bovinos, os rebanhos de búfalos, equinos, asininos, muares, suínos, ovinos, caprinos, aves, peixes e outros animais aquáticos, colmeias de abelhas e bicho da seda. A não declaração pode acarretar o bloqueio da movimentação dos animais e a inviabilidade da emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA) com possibilidade de sanções administrativas.

A declaração pode ser feita diretamente no sistema GEDAVE. Outra forma de efetuar a declaração é pessoalmente em uma das Unidades da Defesa **Agropecuária** distribuídas pelo Estado e também, através do envio por e-mail do formulário que está disponível em Link

Fonte: Assessoria SAA-SP

Com o fim da obrigatoriedade da vacinação contra a febre aftosa, o cenário do mercado pecuário brasileiro é complicado e balanceado, com doses de riscos e oportunidades envolvendo o rebanho de 194 milhões de cabeças, que tem na ponta de sua pirâmide o menor de seus problemas. Já os mais de 70% do volume de rebanho que representam o meio e a base dessa pirâmide são, sim, o ponto de preocupação e atenção.

Mudança de conceito

O fim da vacinação contra a febre aftosa nas fazendas do Brasil marca uma virada histórica no modelo de produção pecuária. O foco sai da vacinação massiva e passa a ser de conscientização ativa.

Ao primeiro olhar, o pecuarista enxerga a redução de custos diretos com vacinação, agulhas, manejo, entre outros. Porém, ele precisa compreender que a obrigatoriedade da vacina contra aftosa não o exime de vacinar contra outras doenças que afetam o rebanho, como a raiva e a clostridiose, além de doenças reprodutivas, que silenciosamente afetam a multiplicação dos rebanhos, e doenças respiratórias, que geram perdas e atrasos no sistema de produção.

Outro equívoco que infelizmente passa pela cabeça de muitos produtores: já que não é mais obrigatório vacinar, então também não precisa desverminar. O que se somava anteriormente à decisão de "juntar o gado" e fazer o certo, agora parece ser errado na opinião heterogênea de muitos produtores. Trata-se de um ledor engano, uma vez que a produtividade no médio e longo prazo tendem a cair consideravelmente.

Diferenças Culturais e Regionais

As diferenças culturais regionais têm impactado na maneira como o pecuarista maneja o gado da porteira para dentro. No Sul do Brasil, a "carrapato-dependência" exige que os manejos ocorram dentro do curral. Por conta da necessidade, o produtor segue um calendário e um protocolo sanitário adequado às necessidades da região. Por sua vez, nas regiões Norte e Centro-Oeste, a invisibilidade dos problemas e a "não carrapato-dependência" fazem com que os produtores protelem o manejo de curral. Problemas de intempéries climáticas como secas ou chuvas também se somam ao desafio de levar o gado para o manejo de curral e consequente uso racional e estratégico de vacinas, vermífugos e suplementos.

Impactos econômicos e de mercado

A expectativa do setor com o fim da vacinação contra aftosa é abrir novos mercados e conquistar diferenciais competitivos. Contudo, os pontos positivos estão contrabalanceados pelos riscos.

O principal ponto positivo dessa condição é o quanto o status de livre sem vacinação é estratégico. Com ele, o Brasil poderá conquistar novos mercados e reduzir a dependência de poucos compradores, como, por exemplo, a China, assumindo a liderança global na exportação de carne com alto padrão sanitário. Além disso, possibilita aumentar o valor agregado da carne brasileira, com certificações de origem, sustentabilidade e saúde e aumentar as exportações para mercados premium, como Japão, Coreia do Sul e EUA.

O maior desafio é evitar a reintrodução do vírus -- especialmente por fronteiras vulneráveis e contrabando. Em caso de foco de aftosa, os prejuízos seriam muito maiores, com a suspensão imediata de exportações, perda de status e abates sanitários. O risco sanitário aumenta no curto prazo, especialmente com movimentações ilegais ou falhas de notificação. Países importadores exigirão comprovações sanitárias rigorosas e rastreabilidade confiável.

O fortalecimento da vigilância ativa deverá ser implementado em todo o Brasil, com capacitação de veterinários oficiais e privados. É preciso ampliar e automatizar sistemas de notificação de doenças, implementar barreiras físicas e zonas de contenção, especialmente nas áreas de fronteira.

Outra necessidade é a criação de um banco nacional de antígenos e vacinas contra a febre aftosa. Este banco terá como objetivo armazenar sorotipos virais específicos da doença, permitindo a produção rápida de imunizantes em caso de surtos. Está é uma iniciativa estratégica para garantir a segurança sanitária do Brasil e a manutenção do status de país livre da febre aftosa sem vacinação. Países como Estados Unidos, Argentina, Canadá, Taiwan e Coreia do Sul possuem experiência na gestão de bancos de antígenos.

Rastreabilidade

Com o fim da vacina, há maior pressão para rastreabilidade confiável, do nascimento ao abate, e isso já está em implementação com a publicação no Diário Oficial, em 21 de julho de 2025, do Programa Nacional de Identificação de Bovinos e Búfalos (PNIB).

O PNIB visa a consolidação da rastreabilidade individual de bovinos e búfalos no território nacional, condição essencial para garantir o status sanitário.

Portanto, o fim da obrigatoriedade da vacinação contra a febre aftosa no Brasil inaugura um novo capítulo da pecuária nacional, mais exigente, técnico e integrado a padrões internacionais. A indústria de insumos tem uma corresponsabilidade considerável juntamente com o governo na conscientização do produtor. Da porteira para fora, o governo cuida por meio da fiscalização e implementação de normas, regulamentações e infraestruturas diversas. Da porteira para dentro, o pecuarista juntamente com parceiros comerciais e de pesquisa do negócio trabalham a implementação das tecnologias sanitárias e nutricionais estratégicas e personalizadas para cada etapa da produção. Nossa missão em conjunto é ajudar a pecuária brasileira a produzir cada vez mais e melhor, sem riscos consideráveis.

Fonte: Artigo escrito por Por Carlos Eduardo Godoy, médico-veterinário especialista em Gestão Empresarial e Marketing Executivo pela FGV, gerente de Marketing LATAM Biogénesis Bagó.